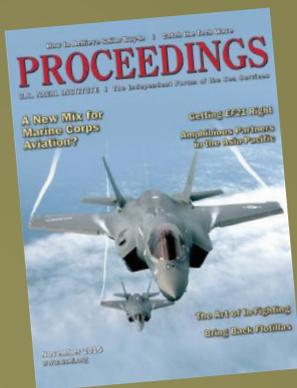


ARTIGOS EM DESTAQUE



“Anfibiosidade” na Ásia Pacífica

Proceedings Magazine (Nov 2015) – COL Grant Newsham – USMC Reserve (Retired)

Este interessante artigo descreve as importantes parcerias que o *United States Marine Corps* (USMC) vem desenvolvendo com alguns países da Ásia Pacífica. Segundo o autor, essas parcerias estão sendo estabelecidas há bastante tempo, por meio do estímulo da **capacidade anfíbia**,

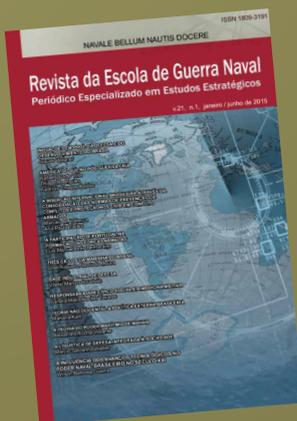
ou **anfibiaidade**, destes países. Ele sugere, ainda, que o USMC deve “direcionar seus esforços para o desenho de uma ‘**arquitectura anfíbia**’ composta de nações cooperativas dotadas de capaci-

dades que as tornam mais aptas a se defenderem e a colaborar com seus parceiros [...] Assim, os esforços do USMC para criar uma ‘**rede anfíbia**’ regional poderia ter efeitos estratégicos, em vez de simplesmente acrescentar capacidades táticas”.

O artigo apresenta uma descrição das capacidades anfíbias dos países da região, com destaque para os **recém-criados CFN do Japão e da Austrália**.

Referências

NEWSHAM, Grant. “Amphibiosity” in the Asia-Pacific. *Proceedings Magazine*, Annapolis, v. 141/11/1, 353, nov. 2015. Disponível em: <<http://www.usni.org/magazines/proceedings/2015-11>>. Acesso em: 02 mar. 2016.



Três Ciclos da Marinha do Brasil

Revista da Escola de Guerra Naval (Jan-Jun/2015) - José Augusto Abreu de Moura

O artigo apresenta a Marinha do Brasil (MB) em três fases, ciclos, diferentes de desenvolvimento estratégico. A Segunda Grande Guerra surpreendeu o Brasil e a Marinha com o enfrentamento de um conflito mundial quando antes só se cogitava dos contextos regional e interno, forçando a dependência de forças estrangeiras para a realização

da defesa e para sua preparação no pós-Guerra. Neste primeiro ciclo, a MB reagiu e, ainda que sem qualquer priorização de meios, chegou a tornar-se uma força adequada para a época. No ciclo seguinte, no Plano de Renovação dos anos 1960-70, houve criteriosa priorização dos meios e conseguiu-se modernizar a Força, sob o condicionamento estratégico interno, atendo-se à tradicional centralidade da proteção do tráfego marítimo e ao condicionamento da bipolaridade vigente. A

percepção da necessidade de preparação para a defesa dos ativos litorâneos e costeiros começou nos anos 1980, intensificou-se com o crescimento da exploração marítima de petróleo e teve seu ápice com a descoberta das grandes reservas do Pré-Sal. O terceiro ciclo se dá com o esforço de atualização vigente, por meio do qual, pela primeira vez, faz-se uma priorização de meios e infraestrutura de Defesa – um Projeto de força – com base em orientações do Poder Político, legitimado pela Estratégia Nacional de Defesa, calcado na centralidade da defesa contra ações de projeção de poder, objetivando plataformas e outros ativos litorâneos, livre de condicionamentos externos, diferenças básicas em relação ao ciclo anterior.

Referências

MOURA, José Augusto Abreu de. Três Ciclos da Marinha do Brasil. *Revista da Escola de Guerra Naval*, v. 21, n. 1, jan./jun. 2015. Disponível em: <<https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/revistaEgn/index.html>>. Acesso em: 02 mar. 2016.



A atuação da CPLP perante a Segurança Marítima do Atlântico Sul

Boletim Geocorrente (Out/ 2015) - Yago Vieira

Neste artigo, o autor aborda a Conferência Internacional sobre Segurança Marítima e Energética, de outubro de 2015, em Luanda, cuja finalidade era criar mecanismos para o combate aos crimes no Golfo da Guiné, região rica em recursos naturais, principalmente de minerais como o petróleo. Os países do entorno, alguns dos quais compõem, ainda que parcialmente, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), e, sobretudo, Angola enfrentam a crescente criminalidade no Atlântico Sul, que envolve, em grande medida, mas não somente, a pirataria. Reflexo da sua incapacidade de atuação, esses países demandam Marinhas nacionais mais for-

talecidas. O autor aponta, ainda, que Portugal mostrou interesse, na referida reunião sobre a perspectiva de ampliação da cooperação internacional por meio da CPLP, na promoção da estabilidade da região que se consolida como estratégica. Conclui, por fim, que cabe ao Brasil liderar a cooperação regional, e não a potências exógenas.

Referências

VIEIRA, Yago. A atuação da CPLP perante a segurança marítima do Atlântico Sul. **Boletim Geocorrente**, Rio de Janeiro, n° 23, 19 out. 2015. Disponível em: <https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/boletim-23.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2016.



Reforçando o Tiro Real Defensivo

Marine Corps Gazette (Nov/2015) - Matthew St. Pierre

Este artigo aborda o adiestramento de operações defensivas. O autor comenta que o adiestramento atual se preocupa apenas com o adequado posicionamento e fogo dos armamentos orgânicos da companhia no Limite Anterior da Área de Defesa Avançada

(LAADA). Ele destaca, no entanto, a importância de se adiestrar as ações dinâmicas da defesa com emprego de munição real. Para tanto, ele aponta as medidas de coordenação e controle que conferem segurança ao fogo e movimento/manobra dentro da ADA, des-

Referências

PIERRE, Matthew St. Enhancing Defensive Live Fire. **Marine Corps Gazette**, Quantico, VA, nov. 2015. Disponível em: <https://www.mca-marines.org/gazette/2015/11>. Acesso em: 02 mar. 2016.



A metodologia de desenho operacional do US Army

Marine Corps Gazette (Nov/2015) - MAJ William R. Soucie

O tema deste artigo é processo de planejamento. O autor apresenta um resumo comparativo das metodologias empregadas pelos *United States Army* (US Army) e *United States Marine Corps* (USMC). Uma importante diferença entre as duas refere-se ao Desenho Operacional.

No US Army, ele é um dos três processos de planejamento militar: Metodologia de Desenho do Exército (*Army Design Methodology*), Processo Militar para Tomada de Decisão (*Military Decisionmaking Process*) e Normas de Comando (*Troop Leading Procedures*). No USMC, apesar de também possuir três processos de planejamento militar (Processo de Planejamento do USMC, Normas de Comando (*Troop Leading Steps*) e Processo de Planejamento para Resposta Rápida (*Rapid Response Planning Process - R2P2*)), o Desenho Operacional é um instrumento que dá corpo à primeira etapa (Definição do Problema) do Processo de Planejamento do USMC.

Apesar desta diferença, o autor considera que **as ferramentas de Desenho Operacional empregadas pelo US Army** (construção da narrativa e modelagem visual do problema) **podem complementar o Processo de Planejamento do USMC**. Para reforçar sua tese, ele apresenta um **exemplo histórico do diagrama desenhado pelo General Mattis**, Comandante da 2ª Divisão do USMC na **Operação Iraqi Freedom**, que possibilitou “apoiar sua abordagem operacional a um ambiente complexo e pouco familiar” (ver Figura 1).

A doutrina militar brasileira adota o desenho operacional nos moldes estabelecidos pelo MD-30-M-01: *Doutrina de Operações Conjuntas*.

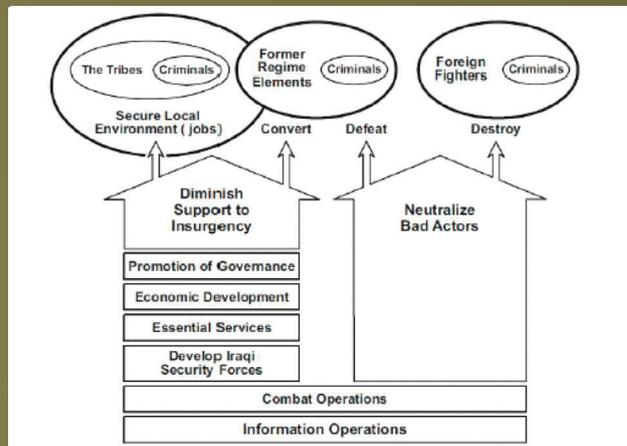


Figura 1: I MEF (Forward) design for OIF II

Referências

SOUKIE, William R. *Army Design Methodology*. *Marine Corps Gazette*, Quantico, VA, set. 2015.

Disponível em: <<https://www.mca-marines.org/gazette/2015/11>>. Acesso em: 02 mar. 2016.



Por quê GDCia? E por quê agora?

Marine Corps Gazette (Set/2015) - CAPT Chad A. Buckel

Este artigo discute a evolução doutrinária em curso no *United States Marine Corps* (USMC) que passou a organizar Grupos de Desembarque de Companhia (GDCia). A organização para o desembarque de menor escalão previsto na doutrina do USMC é o Grupo de Desembarque de Batalhão (GDB).

Após as Lições Aprendidas nos conflitos do Iraque e Afeganistão, percebeu-se, que em ambientes complexos de guerra irregular, havia a necessidade do emprego descentralizado de subunidades. Esses elementos, empregados, muitas

vezes, afastados de suas bases, demandavam reforços em suas capacidades de Comando e Controle, Inteligência, Fogos, Logística e Assuntos Cívicos. Nas palavras do autor: “Nós precisamos, correntemente, de **um modelo de força no nível companhia que possa incorporar novas capacidades e que seja organizado por tarefas para executar múltiplas missões simultaneamente** [...]”. A organização GDCia disponibiliza a capacidade de de um ‘mini-GptOpFuzNav’ modular, possibilitando que uma companhia possa agregar reforços e executar várias operações”.

Referências

BUCKEL, Chad A. *Why the CLT?* *Marine Corps Gazette*, Quantico, VA, v. 99, n. 9, set. 2015. Disponível em: <<https://www.mca-marines.org/gazette/2015/109>>. Acesso em: 02 mar. 2016.



TRAP/PR na Operação *Inherent Resolve*: Lições Aprendidas

Marine Corps Gazette (Set/2015) - CAPT William T. Kerrigan, CAPT Justin Gates, 1LT Eric Todorski

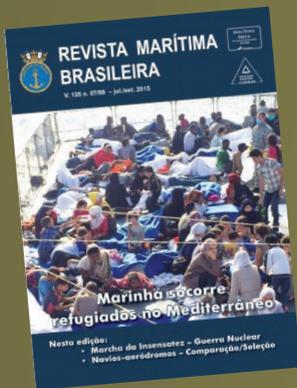
Este artigo aborda a ação de **Recuperação Tática de Pessoal e Aeronave (RTPA)**, que em inglês é denominada de *Tactical Recovery of Aircraft and Pilot (TRAP) / Personnel Recovery (PR)*. Os autores integraram a companhia responsável por executar este tipo de tarefa durante

a Operação *Inherent Resolve* contra o Estado Islâmico, no Iraque, em 2014. Eles apresentam a organização da tropa para a missão e apontam algumas Lições Aprendidas, justificando as razões

para as adaptações feitas nos Procedimentos Operativos Padronizados (POP) empregados na fase de preparação de sua unidade para o desdobramento. Destacou-se, também, que os TRAP/RP são operações conjuntas que demandam a integração dos *Marines* com elementos de outras forças.

Referências

KERRIGAN, William T.; GATES, Justin; TORDORSKI, Eric. TRAP/PR in Operation *Inherent Resolve*: Lessons learned. *Marine Corps Gazette*. Quantico, VA, set. 2015. Disponível em: <<https://www.mca-marines.org/gazette/2015/109>>. Acesso em: 02 mar. 2016.



As principais vítimas da pirataria marítima

Revista Marítima Brasileira (Jul-Set/2015) - CF Henrique Peyroteo Portela Guedes - Marinha de Portugal

O autor deste artigo explica que, depois de um século de esquecimento, a pirataria marítima recrudesciu a partir de meados da década de 1980. Quando se fala em pirataria, as atenções voltam-se, normalmente, para o aspecto financeiro da operação

do comércio marítimo global. Contudo, existe outro aspecto, não menos importante, que é relegado ao segundo plano, referindo-se às sequelas deixadas nas pessoas, resultado, muitas vezes, de sequestros que podem durar alguns dias, meses ou até anos.

A partir de 2010, inclusive, altura em que a pirataria caminhava para o seu auge no Corno de África, passou a existir uma grande

preocupação com a pirataria por parte dos tripulantes cujos navios operavam em zonas propensas a este fenómeno. Dos marítimos que foram sujeitos a maus tratos, a grande maioria teve, *a posteriori*, diversos problemas clínicos. De 2004 a 2013, contava-se 5.874 marítimos sequestrados, 361 agredidos, 94 mortos e 78 desaparecidos.

O autor apresenta dois casos de sequestros de longa duração, que resultaram em sérias consequências para os tripulantes, concluindo que a recuperação das vítimas, após sua libertação, até pode ser um processo bem-sucedido, se houver proatividade dos armadores, mas o inverso também é verdadeiro.

Referências

GUEDES, Henrique Peyroteo Portela. As principais vítimas da pirataria marítima. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, v. 135, n. 07/09, jul./set. 2015.

O Centro de Excelência de Fogos do *US Army*: uma ideia para o Exército Brasileiro

Doutrina Militar Terrestre em Revista (Jul-Dez/2014) - Maj Rodrigo Brandão da Mota



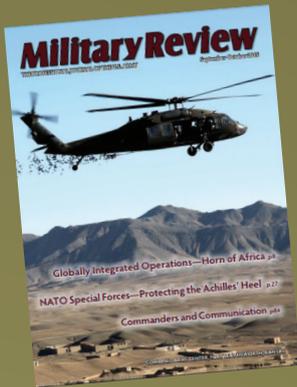
O artigo apresenta uma proposta de transformação do Forte Santa Bárbara, Formosa-GO, em um Centro de Excelência de Fogos, baseado no modelo do *Fires Center of Excellence*, do *US Army*, localizado no Fort Sill, Oklahoma. Segundo o autor, “a reunião de unidades de apoio de fogo e unidades de defesa

antiaérea e de busca de alvos permite a verificação do emprego integrado desses meios. A alocação de unidades de ensino e de com-

bate dentro de um mesmo complexo administrativo, com módulos de integração de ações, possibilita a frequente e salutar realização de experimentações doutrinárias. Tal fato aperfeiçoa o desenvolvimento da doutrina”.

Referências

MOTA, Rodrigo Brandão da. O centro de excelência de fogos do *US Army*: uma ideia para o Exército Brasileiro. *Doutrina Militar Terrestre em Revista*. Brasília, DF, ano 2, jul./dez., 2014. Disponível em: <www.cdoutex.eb.mil.br/index.php/edicoes?download=147:doutrina-militar-terrestre-em-revista-edicao-006&start=3>. Acesso em: 02 mar. 2016.



Escrita eficaz

Military Review (Set-Out/2015) - Desirae Gieseeman

Esta edição da *Military Review* apresenta uma série de artigos de interesse com foco nas ações necessárias para conduzir operações em ambientes complexos de guerra irregular. Destaca-se a importância reservada aos conceitos de **Missão Comando** e de **Engajamento**, este último chegando a ser designado como a

“sétima função de combate” (as outras seis, segundo o *CGCFN 0-1*, são: Comando e Controle, Manobra, Apoio de Fogo, Inteligência, Logística e Proteção). Os seguintes artigos trazem conteúdo de interesse:

- Operações Globalmente Integradas no Chifre da África por meio dos princípios de “Missão Comando”;
- O Espectro do Engajamento Civil: uma ferramenta para o domínio humano;
- Abordagem da OTAN para a Guerra Irregular: protegendo o calcanhar de Aquiles;
- A Teoria e Prática da insurgência e contrainsurgência;
- Engajamento Interpessoal: a habilidade indispensável do guerreiro;
- Engajamento religioso e a sétima função do combate [*Engagement*]: hora de parar, escutar e engajar;
- Comandantes e Comunicação; e
- Opinião Pública: um centro de gravidade que os líderes esquecem.

Além dos artigos citados, **Escrita eficaz para os líderes do Exército: normas de redação do exército redefinidas**, de autoria de Desirae Gieseeman, merece especial relevo, pois conecta dois importantes temas: liderança e capacidade de expressão escrita. O autor analisa os programas que o *US Army* vem adotando, desde 1985, para aumen-

tar a efetividade da escrita de seus membros. Ele sugere que sejam observados os processos categorizados por Bloom (ver Figura 1) e apresenta, de forma detalhada, algumas dicas para desenvolver a capacidade de expressão escrita:

- Antes de iniciar a redação, executar atividades criativas de escrita para ir além do impulso natural de autoexpressão;
- Usar grandes quantidades de perguntas para entender a situação a ser escrita e imaginar suas possibilidades;
- Aproveitar o poder da escrita, e outras técnicas, para estimular o pensamento criativo;
- Incorporar a colaboração o mais cedo possível, dando tempo para a elaboração de rascunhos e para o desenvolvimento do texto resultante dos *feedback*; e
- Envolver-se com o processo de revisão como uma forma de aumentar os níveis de aprendizagem e de melhorar o domínio das convenções da escrita.

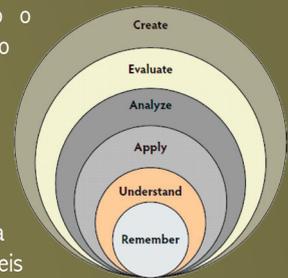


Figura 1: *Overlapping Cognitive Processes from Bloom's Revised Taxonomy*

Segundo o autor, a escrita é uma habilidade fundamental para o exercício da liderança, uma vez que ela é um veículo que inspira, ensina e transmite ideias. Além disso, sua prática é fundamental para o **desenvolvimento do pensamento crítico**, uma capacidade fundamental para a condução do combate moderno.

Referências

MILITARY REVIEW. Fort Leaveworth, KS, set./out. 2015. Disponível em: <<http://cgsc.contentdm.oclc.org/cdm/singleitem/collection/p124201coll11/id/1237/rec/5>>. Acesso em: 02 mar. 2016.



Entrevista: O Comandante do Batalhão de Defesa NBQR - Aramar

Segurança e Defesa (n.º 120/2015)

Nesta matéria, o periódico *Segurança e Defesa* fez uma entrevista com o Comandante do Batalhão de Defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica de Aramar (BtDefNBQR-Aramar). Apresentou uma introdução para ambientação do leitor, explicando que do ponto de vista militar e de segurança,

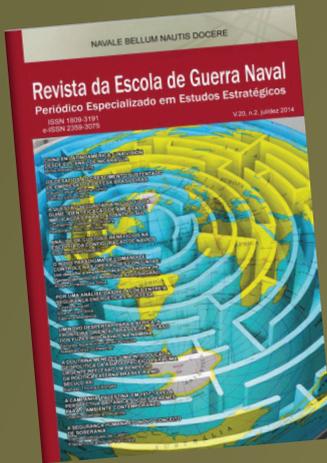
mesmo em tempos de paz, as instalações nucleares, como o Centro Experimental de Aramar (CEA), estão entre os alvos mais importantes a serem protegidos, por serem importantes depositários de segredos estratégicos e por trabalhar com produtos perigosíssimos e altamente radioativos. A preocupação com acidentes fez a Marinha do Brasil criar uma unidade especialmente dedicada à segurança dessa instalação, capaz de prover tanto a guarda do local quanto atuar em quaisquer emergências de natureza nuclear, biológica, química e radiológica.

Para a defesa NBQR, cujo cenário vem nos obrigando a revisar de forma mais profunda nossos procedimentos de segurança, essa unidade conta com equipamentos no estado da arte.

Na entrevista propriamente dita, a equipe de reportagem fez perguntas sobre as origens e principais tarefas do batalhão; sobre o Sistema de Defesa NBQR da Marinha; e sobre como é cumprida suas tarefas. O comandante respondeu, aludindo às características expedicionária e de Força-Pronta dos Combatentes Anfíbios, demonstrando que, por isso, o Batalhão atuou no apoio ao incêndio do Terminal da Alemoa, no Porto de Santos, em abril de 2015. Concluiu chamando a atenção para a recente preocupação, devido aos Grandes Eventos que vem ocorrendo, como a Copa das Confederações, visita do Papa, Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos.

Referências:

O COMANDANTE do Batalhão de Defesa NBQR de Aramar. **Segurança e Defesa**, Rio de Janeiro, n. 120, p. 18-24, 2015.



Um novo despertar para a África, a fronteira oriental brasileira: o caso dos Fuzileiros Navais na Namíbia

Revista da Escola de Guerra Naval (Jul-Dez/2014) - Tamires Aparecida Ferreira Souza e Natália Diniz Schwether

Este artigo nos faz refletir sobre o oceano Atlântico, que desempenha um papel estratégico fundamental para o Brasil e para o continente africano. Alude ao fato de que o sistema internacional, marcado por desequilíbrios de poder, demonstra a necessidade do Brasil e dos demais países litorâneos do continente africano se defenderem de possíveis ameaças e preservarem a integridade de sua população e de sua economia. Para tanto, esses países devem se certificar da presença de Forças Armadas estruturadas e combativas, especialmente a Marinha, para o exercício do controle do território e do poder de dissuasão. Nesse sentido, as Forças brasileiras e africanas têm de estar unidas e cooperarem entre si, elevando a capacidade de eficiência e prontidão. O artigo busca observar o

cenário atual, no que diz respeito às práticas adotadas pelo Brasil em conjunto com os países africanos, focando as tentativas de cooperação que se estabeleceram entre as Forças, com especial destaque para a relação erigida entre as Marinhas do Brasil e da Namíbia. Essa ação, comandada pela Marinha brasileira, foi responsável por demonstrar um novo tipo de parceria estratégica, com o desenvolvimento das bases da Marinha namibiana. Tal cooperação tornou-se elemento importante para a retomada da vocação marítima do Brasil e projeta uma nova concepção de defesa para os países africanos.

Referências

Referências

SOUZA, Tamires Aparecida Ferreira; SCHWETHER, Natália Diniz. Um novo despertar para a África, a Fronteira Oriental Brasileira: o caso dos Fuzileiros Navais na Namíbia. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 435-453, jul./dez. 2014.



Amazônia Azul: o emprego do P-3AM na guerra acima d'água

Revista Passadiço (n.º 35/2015) - 2º T (AA) Juan Pereira Pagan Filho

Este artigo alude à cerimônia de recebimento das novas aeronaves de patrulha, após a chegada do último P-3AM Orion, pelo Esquadrão 1º/7º GAV – Esquadrão Orungam.

Adquiridas nos Estados Unidos e modernizadas na Espanha, onde receberam moderno Sistema Tático Completamente Integrado (da sigla em inglês FITS),

os P-3AM chegaram para retomar o emprego de aeronaves de asa fixa da FAB nas ações A/S (antissubmarinas). No entanto, trouxeram também grande versatilidade à patrulha marítima no Atlântico Sul, em razão de avançados sensores capazes de realizar a vigilância e proteção de áreas marítimas e dos recursos naturais da Amazônia Azul, assim como o serviço de busca e salvamento (SAR) na área de responsabilidade SAR do Brasil.

O sistema FITS emprega diferentes sensores que, atuando em conjunto, com grande capacidade de compilação do quadro tático, permite à tripulação detectar, localizar, identificar, acompanhar neutralizar ou destruir alvos na superfície. A integração entre as Forças, buscada mediante troca de experiências em cursos e a futura integração do FITS com o sistema SICONTA da Marinha, ampliará a presença brasileira no Atlântico Sul.

Referências

PAGAN, Juan Pereira Filho. Amazônia Azul: o emprego do P-3AM na Guerra Acima D'água. **Revista Passadiço**, Rio de Janeiro, ano XXVIII, n. 35, p. 44-46, 2015.

O emprego de Fuzileiros Navais em face das novas ameaças no mar: lições sobre o emprego de destacamentos do Corpo de Fuzileiros Navais Estadunidense na repressão à pirataria

Monografia apresentada no C-EMOS (2015)
CC (FN) Carlos Eduardo G. da S. Maia

Por meio desta monografia, o autor nos traz que os desafios impostos pelas novas ameaças reinantes no cenário internacional, especialmente no ambiente marítimo, demandam uma reavaliação das capacidades das forças militares dos Estados. A pirataria, que esteve em evidência em séculos passados, ressurgiu em áreas econômicas estratégicas, particularmente ligadas ao escoamento de petróleo. Em face do acréscimo significativo deste e de outros ilícitos no mar, os Estados Unidos da América (EUA) passaram a intensificar as ações de *Visit, Board, Search and Seizure* (VBSS). O Corpo de Fuzileiros Navais

Estadunidense (USMC) iniciou um programa de treinamento voltado para este tipo de ação. A exemplo do que ocorre aos norte-americanos, a pirataria também ocorre em áreas de interesse para o Brasil. A monografia aborda o assunto, tomando por base as operações do USMC, e à luz da Doutrina Básica da Marinha busca similaridades que indiquem vantagens no emprego de destacamentos de fuzileiros navais do Brasil nos Grupos de Visita e Inspeção/Guarnição de Presa (GVI/GP). Para tal, o autor analisou as ações do USMC em VBSS, no período de 2008 a 2013, quando testou, com sucesso, o emprego de destacamentos de fuzileiros navais em suas equipes de abordagem, na repressão à pirataria, o que resultou na revisão de sua doutrina.

Referências

MAIA, Carlos Eduardo Gonçalves da Silva. **O emprego de Fuzileiros Navais em face das novas ameaças no mar**: lições sobre o emprego de destacamentos do Corpo de Fuzileiros Navais Estadunidense na repressão à pirataria. 2015. Monografia apresentada no Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores, Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro. 2015.



Figura 1: Retomada do mercante Megellan Star

Fonte: Disponível em: <<http://marines.dodlive.mil/2010/09/14/the-magellan-star-pirate-takedown-force-recon-style/>>. Acesso em 8 abr. 2015